

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.234 - SP (2016/0095549-1)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MARIA DE JESUS CASTRO SOUZA HARADA
AGRAVADO : MARIA DEL CARMEN JANEIRO PEREZ
AGRAVADO : MARIA FERNANDA BRANCO DE ALMEIDA
AGRAVADO : MARIA ISABEL SAMPAIO CARMAGNANI
AGRAVADO : MARIA REGINA REGIS SILVA
AGRAVADO : MARIA RITA DANGELO SEIXAS
AGRAVADO : MARIA STELLA FIGUEIREDO
AGRAVADO : MARILENA MANNO VIEIRA
AGRAVADO : MARINA ROMANELLO GIROUD JOAQUIM
ADVOGADO : CRISTIANE DE MOURA DIAS CASSI - SP211467
AGRAVADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO RECONHECIDA, PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTE PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF, PARA AMBAS AS ALÍNEAS DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal, objetivando a declaração de nulidade de atos administrativos da Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina, que conferiram progressão funcional a seus docentes, com efeitos **ex tunc**, com a determinação de retorno desses docentes aos cargos anteriormente ocupados. O acórdão recorrido reconheceu a prescrição do direito de ação, com fundamento na aplicação analógica do art. 21 da Lei 4.717/65, citando precedentes do STJ nesse sentido.

III. No caso, verifica-se que, nas razões do Recurso Especial, o fundamento utilizado, no acórdão recorrido, para reconhecer a prescrição do direito de ação – art. 21 da Lei 4.717/65, aplicado por analogia –, não foi impugnado, pela parte recorrente, o qual, sendo apto, por si só, para manter o **decisum** combatido, quanto ao ponto, permite aplicar, na espécie, por analogia, o óbice da Súmula 283/STF.

IV. Não merece prosperar o Recurso Especial, quando a peça recursal não refuta determinado fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a sua manutenção, em face da

Superior Tribunal de Justiça

incidência da Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"), tal como ocorre, **in casu**.

V. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora